

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.598 - SP (2019/0131668-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : BARBARA DOS REIS
AGRAVANTE : DORACI MORON PARRA MUNHOZ
AGRAVANTE : ELISANDRA APARECIDA RODRIGUES GARCIA
AGRAVANTE : LUCIANA DO RIO ALMADA
ADVOGADOS : CLÁUDIO JOSÉ DIAS BATISTA - SP133153
MILENA OLIVEIRA DOS SANTOS - SP313566
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SOROCABA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por BARBARA DOS REIS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

ACÇÃO DECLARATÓRIA CC INDENIZATÓRIA DE PERDAS E DANOS MATERIAIS E MORAIS ORIENTADORAS PEDAGÓGICAS DESIGNADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MAIS DE UMA UNIDADE DE ENSINO MUNICIPAL PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA FICAREM ADSTRITAS APENAS À UNIDADE PARA A QUAL FORAM NOMEADAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MEDIDA LIMINAR INDEFERIDA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS PERTINENTES AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO PROVIDO

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito’” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

